

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Petrobrás ganha prazo para vender campos em terra	1
Título: Eventos.....	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Bolsonaro já vendeu R\$ 91 bi em ativos de BB, Petrobras e Caixa.....	4
Título: Corrida.....	6
VEÍCULO: O Globo.....	7
Título: Búzios e Itapu devem gerar 50 mil postos de trabalho, diz consultoria.....	7
Título: Eletro Lemann	9

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/11/2019

Seção: Colunas

Autor: CRISTIAN FAVARO E LUCIANA COLLET

Título: Petrobrás ganha prazo para vender campos em terra

Coluna do Broadcast

A Petrobrás conseguiu prorrogar o prazo para vender os campos de petróleo em terra e águas rasas junto à Agência Nacional do Petróleo (ANP). A estatal deveria tê-los oferecido ao mercado até junho. Conseguiu prorrogação de parte para dezembro e, agora, uma pequena quantidade deve ser vendida até junho de 2020. Detalhes sobre quais polos tiveram o cronograma ampliado vão ser divulgados nesta semana. Depois de ser cobrada pela agência reguladora, a Petrobrás anunciou, no fim do ano passado, o plano de venda de 183 campos terrestres ou de águas rasas. A estatal acelerou o processo nos últimos meses e isso foi levado em consideração pela diretoria da agência reguladora na prorrogação. Ela vendeu 61 áreas e outros quatro campos que não operava diretamente. Oito já foram devolvidos à ANP pela estatal. Representantes do setor criticam a demora no processo.

» Trava. Mesmo entre os campos que já foram vendidos, o negócio não andou completamente. Dos 61 campos vendidos pela estatal, apenas quatro receberam o sinal verde da ANP. A estimativa é de que a agência reguladora anuncie ainda neste ano uma mudança no regimento para dar mais agilidade às avaliações. A Petrobrás foi procurada para dar entrevista, mas não se manifestou.

» 1,2,3... começou. A XP Investimentos deverá formalizar o pedido de registro para sua oferta inicial de ações junto à Securities and Exchange Commission (a SEC, a Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) nesta semana. A fixação do preço da ação da oferta multibilionária na Nasdaq acontecerá no início da segunda semana de dezembro. Procurada, a XP não comentou.

» Agito pré-Natal. Um pouco antes, mas na bolsa saudita Saudi Stock Exchange (Tadawul), em Riad, a petrolífera estatal saudita Saudi Aramco deverá precificar seu IPO, provavelmente no dia 4 de dezembro. Está sendo considerado o maior de todos os tempos.

» Bons ventos. A AES Tietê está analisando mais de 800 MW em usinas eólicas para potencial aquisição. A geradora de energia anunciou no mês passado que desistiu de comprar o complexo eólico Alto Sertão III, da Renova Energia, atualmente em fase de construção. Mas não desistiu de ampliar sua capacidade de geração de energia elétrica e tem particular interesse em eólicas no Nordeste. A intenção da companhia é diversificar seu portfólio, atualmente concentrado em hidrelétricas, de maneira a reduzir o risco atrelado à hidrologia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 10/11/2019****Seção: Colunas****Autor: Roberto Rodrigues****Título: Eventos**

No último dia 31 de outubro, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que é a FAO do continente americano, realizou em sua sede, em São José da Costa Rica, a Conferência de Ministros de Agricultura de todos os países das Américas chamada Junta Interamericana de Agricultura (JIA). O tema central do evento foi a segurança alimentar global e como a tecnologia contribuirá para isso. Mais uma vez foi evidenciado o grande desafio da humanidade no século 21 do qual quase um quinto já decorreu: compatibilizar a oferta de alimentos a uma população crescente e mais capitalizada (sobretudo na Ásia e nos países emergentes de outras regiões) com a preservação dos recursos naturais. E de novo ficou claro que a tecnologia é a saída para isso, o que exige atenção especial por parte dos governos.

Mas também do setor privado. O documento do IICA que orientou os trabalhos trouxe uma inovação a esse respeito: o desafio referido é tão extraordinário, que passará a ser um dos mais relevantes temas das organizações multilaterais e também das sociedades pelo mundo a fora, sobretudo as urbanas. Com isso, a agricultura, até recentemente considerada como uma espécie de atividade de “segunda classe”, de modo que até os Ministérios da Agricultura eram tidos como de segunda linha, passaria a ter um papel de protagonista nas políticas globais oficiais e a ser objeto de atenção de todos os povos. A tese faz todo sentido.

No começo desta semana houve outro evento, desta vez na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que discutiu as inovações da chamada Agricultura 4.0, e o prestigiado físico Silvio Crestana (que presidiu com galhardia a Embrapa) mostrou um verdadeiro “tsunami” de inovações tecnológicas que se aproxima, passando pela digitalização, conectividade, internet das coisas, inteligência artificial, bioeconomia, biotecnologia, nanotecnologia, drones, automação, tudo em busca da sustentabilidade geradora de competitividade. Ficou claro, então, que a soberania de um país passa por segurança alimentar, segurança energética e segurança territorial.

No caso brasileiro, a atividade rural tem responsabilidade nos três pontos. Sobre segurança alimentar não há o que comentar, a não ser a expectativa do mundo quanto ao nosso compromisso de contribuir de forma expressiva com isso em nível internacional. Quanto à segurança energética, sabe-se que nosso País tem 43% de energia renovável em sua matriz, enquanto a mundial é de

apenas 14%, o que nos dá uma vantagem comparativa considerável quanto às emissões de gases de efeito estufa.

Mas o que pouca gente sabe é que 17% da nossa matriz energética vem da cana-de-açúcar (seja pelo etanol, seja pela bioeletricidade produzida do bagaço e das folhas) enquanto a parcela das hidrelétricas chega a apenas 12%! E agora, com o biodiesel e o etanol de milho, a agroenergia terá ainda maior participação na nossa energia renovável, por mais petróleo que viermos a tirar do pré-sal. E quanto à ocupação do território, é óbvio que o caminho mais rápido e eficiente é dado pela atividade agropecuária e florestal. Portanto, dois interessantes eventos que se complementam no Brasil: a agropecuária ganhará maior importância a nível global, e a nossa terá relevância na garantia de nossa soberania.

Por fim, o pacto federativo lançado pelo governo no meio desta semana aponta para um país mais liberal, o que sem dúvida é altamente positivo para nossa agropecuária e nosso agronegócio, supercompetitivos e sustentáveis. Agora só precisamos gerar e implementar as tecnologias da Idade 4.0 para seguir alimentando, vestindo e energizando o mundo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Danielle Brant e Fábio Pupo

Título: Bolsonaro já vendeu R\$ 91 bi em ativos de BB, Petrobras e Caixa

Estatais se desfazem de ações, subsidiárias e participações em outras empresas

Apesar de afirmar não ter a intenção de privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa, o governo Jair Bolsonaro já vendeu R\$ 91,3 bilhões em ativos das três estatais. O valor representa uma média de R\$ 294 milhões por dia em 2019.

O levantamento foi feito pela Folha com base nos comunicados divulgados pelas empresas ao mercado ao longo deste ano, considerando negócios já assinados ou em fase de conclusão.

As vendas refletem a disposição do governo de reduzir sua participação em áreas de atuação que considera desnecessárias, conforme orientação seguida pela equipe econômica.

O secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercado, Salim Mattar, usa como argumento para as vendas o artigo 173 da Constituição.

Esse dispositivo diz que a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida se necessária à segurança nacional ou quando houver relevante interesse co-letivo. Para Mattar, não é o que se vê no portfólio do governo.

Em outubro, segundo cálculos de sua secretaria, havia 637 estatais federais com participação direta e indireta da União — ainda mais do que o previsto no início do ano, quando a conta do governo indicava a existência de 440 empresas.

O Ministério da Economia mantém o discurso de que o governo Bolsonaro não pretende privatizar Petrobras, BB e Caixa. Também estão na lista outras empresas consideradas necessárias para a manutenção de políticas públicas. De qualquer forma, a venda das três grandes esbarraria em um empecilho legal.

A lei 9.491, que regula e abre caminho para o Executivo incluir empresas na lista de privatizações, não pode ser aplicada a Banco do Brasil, Caixa e empresas públicas ou sociedades de economia mista — caso da Petrobras. Por isso, para vendê-las, seria necessário aval do Congresso.

Entendimento do Supremo Tribunal Federal de junho, no entanto, permite às estatais venderem subsidiárias e controladas sem aval legislativo.

A equipe econômica aproveita essa leitura para vender braços das empresas, considerando que esse modelo pode gerar até ainda mais retorno do que uma venda na holding.

Neste ano, a Petrobras lidera as operações entre as três estatais com mais de três quartos do montante vendido.

A maior transação, a venda da TAG (Transportadora Associada de Gás, rede de gasodutos do Norte e Nordeste), foi feita em abril e rendeu mais de R\$ 30 bilhões à empresa.

A Petrobras também abriu mão do controle da BR Distribuidora, a maior do segmento no Brasil. A petroleira vendeu 30% da então subsidiária em julho por R\$ 9,6 bilhões, ficando com 41,25% da empresa.

A participação deve encolher ainda mais. Na sexta (8), o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou que a estatal prepara para 2020 nova oferta de ações da BR.

Além disso, está na reta final a compra da subsidiária Liquigás por Copagaz, Itaúsa e Nacional Gás Butano. Na semana passada, um consórcio formado pelas três empresas fez a melhor oferta para a aquisição (R\$ 3,7 bilhões). Também

estão previstos desinvestimentos em grandes refinarias, como a Abreu e Lima, e a saída integral de transporte de gás, de fertilizantes, de distribuição de GLP (gás liquefeito de petróleo) e de biodiesel.

A administração da empresa defende que os desinvestimentos são necessários para reverter o endividamento.

Os gestores da estatal entendem ser necessário levantar recursos para direcioná-los a atividades mais rentáveis para a companhia, como a extração na área do pré-sal.

Procurada, a Petrobras afirma que os desinvestimentos seguem a legislação e as orientações do TCU (Tribunal de Contas da União) com atendimento a normas de governança, transparência e boas práticas de mercado. “Qualquer que seja o ritmo dos projetos deverá preservar a aderência a todas essas regras”, afirma.

No BB, a maior operação de até agora foi a alienação de ações do IRB (Instituto de Resseguros do Brasil). A operação, feita em julho, rendeu R\$ 4,18 bilhões ao banco. A instituição ainda arrecadou R\$ 2,9 bilhões com venda de ações de sua emissão em outubro.

O presidente do BB, Rubem Novaes, defendeu recentemente que a privatização da companhia será inevitável.

“Com as amarras que uma empresa pública tem, vai ser muito difícil o ajustamento, no horizonte de dois, três, quatro anos, a esse novo mundo de openbanking e fintechs. Fica muito difícil em uma instituição ligada a governos acompanhar esse ritmo. Competimos com uma espécie de bola de ferro na canela.”

Na Caixa, a atual administração fala em quatro processos de abertura de capital (IPO, na sigla em inglês).

O presidente do banco, Pedro Guimarães, já declarou que pretende se desfazer de quatro áreas: seguros, gestão de recursos, cartões e loterias.

De concreto, a Caixa já se desfez de ações no IRB, em operação que somou R\$ 2,5 bilhões, e da Petrobras, em negócio de R\$ 7,3 bilhões

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Corrida

Painel S.A

Recém-nomeado relator da Lei do Gás, o deputado Laercio Oliveira (PP-SE) quer pedir urgência na tramitação do projeto. A ideia é que siga logo ao plenário em vez de passar por mais duas comissões na casa.

Caminhada

O texto, que abre o mercado para mais empresas além da Petrobras, levou seis anos até receber aprovação na comissão de Minas e Energia em outubro.

Precaução

Com o óleo no Nordeste, a Abrasei (associação de restaurantes) vem orientando estabelecimentos da região para que evitem comprar peixes e frutos do mar de produtores locais, segundo Paulo Solmucci, presidente da entidade. “Nenhum risco foi confirmado, mas é para reforçar a segurança”, diz ele.

VEÍCULO: O Globo**Data: 10/11/2019****Seção: Economia****Autor: LÉO BRANCO, BRUNO ROSA E HENRIQUE GOMES BATISTA****Título: Búzios e Itapu devem gerar 50 mil postos de trabalho, diz consultoria**

Projeção é que dois blocos do pré-sal vendidos no megaleilão demandem investimentos da ordem de US\$ 29 bi em 30 anos

SÃO PAULO E RIO- Apesar da frustração, na semana passada, com o megaleilão do pré-sal — que, apesar de ter rendido recordes R\$ 70 bilhões, ficou abaixo dos R\$ 106,5 bilhões esperados — e a 6a. Rodada, que só atraíram a Petrobras e estatais chinesas em posição minoritária, a exploração dos blocos que foram vendidos elevarão os investimentos na indústria de óleo e gás, beneficiando estados produtores, principalmente o Rio.

Para a consultoria britânica Wood Mackenzie, especialista em cadeias produtivas dependentes de recursos naturais como o óleo e gás, a projeção de novos empregos é de 50 mil vagas e a de investimentos, de US\$ 29 bilhões (cerca de R\$ 130 bilhões) em 30 anos. Os dados levam em conta os investimentos necessários para a exploração das duas principais áreas oferecidas no megaleilão de quarta-feira, que foram arrematadas pela Petrobras: os blocos Búzios e Itapu, na Bacia de Santos, que ficam no litoral fluminense. Juntas, as duas áreas devem aumentar em 30% o volume das

reservas brasileiras em exploração, para cerca de 33 bilhões de barris, estima a consultoria.

7º MAIOR BLOCO DO MUNDO

A estimativa não leva em consideração os R\$ 70 bilhões a serem empenhados pelas vencedoras dos leilões a título de bônus de assinatura. Na quarta-feira, a Petrobras e as chinesas CNOOC e CNODC, sendo cada uma delas com 5% de participação no consórcio, levaram o direito de explorar Búzios, a área mais promissora entre as ofertadas no megaleilão, considerado o sétimo maior campo de exploração de petróleo no mundo. Itapu ficou só com a estatal brasileira.

Para o consultor Ricardo Bedregal, da consultoria IHS Markit, a conta de investimentos pode ser ainda maior, alcançando US\$ 50 bilhões, principalmente se considerado o gigantismo de Búzios.

A maior parte dos investimentos para explorar esses dois blocos deve ocorrer logo, diferentemente do que acontece em leilões do gênero. É que a Petrobras já operava nessa região por causa do contrato que assinou com a União no seu processo de capitalização, em 2010, que ficou conhecido como cessão onerosa.

Nas contas de Luiz Hayum, analista sênior da Wood Mackenzie no Brasil, as vencedoras do leilão, juntas, vão desembolsar, em média, US\$ 2,5 bilhões por ano até 2029, quando os campos estarão no auge da produção.

Para Hayum, boa parte dos recursos atraídos pela abertura do campo de Búzios e de Itapu deve ser direcionada para atividades fora do Brasil. Em particular, para a aquisição de navios e sondas de estaleiros estrangeiros, especialmente

os de países como China e Coreia do Sul, maiores fornecedores da indústria naval mundial. Mas ressalta que, no caso dos demais equipamentos, a demanda deve ser suprida em grande medida por fornecedores já instalados no Estado do Rio, que concentra a cadeia de óleo e gás no país.

PROFISSÕES DEMANDADAS

Para o analista da Wood Mackenzie, o Rio deve experimentar uma alta na demanda de serviços de suporte e logística, gerando novas oportunidades de trabalho.

— Nossa estimativa é ampla e engloba desde os postos de trabalho das operadoras, estaleiros locais, tripulações e posições na indústria de serviços, como em logística e alimentação — diz Hayum, que vê também novas

oportunidades para profissões técnicas, como engenheiros, geólogos, soldadores e eletricitas.

Especialistas apontam que erros na preparação do leilão reduziram as chances de venda de outras áreas, com ganho maior para o governo, que já cogita mudar o regime dos leilões do pré-sal de partilha para concessão. Para o professor Edmar Almeida, do Instituto de Economia da UFRJ, a demora na discussão política sobre a divisão dos bônus de assinatura estabelecidos no edital, considerados altos por algumas petroleiras, atrapalhou. Ele também criticou a concentração de leilões no mesmo ano:

— As empresas que já estão no Brasil estão comprometidas com uma agenda de investimentos muito importante. Fica muito desafiante retirar uma quantidade tão grande de recursos do caixa neste momento.

Magda Chambriard, consultora da FGV Energia que presidiu o primeiro leilão do pré-sal como diretora Agência Nacional de Petróleo (ANP), concorda que o valor dos bônus e a insegurança aberta pela necessidade de negociar indenizações à Petrobras por investimentos feitos nas áreas da cessão onerosa afastaram as petroleiras. Para ela, será necessário mudar os parâmetros no ano que vem, quando as áreas que sobraram serão reapresentadas: — Toda a modelagem impediu novos entrantes. O governo terá de resolver com a Petrobras qual é a compensação e também diminuir o bônus de assinatura.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Eletro Lemann

Jorge Paulo Lemann, como saiu aqui, continua ampliando sua posição no capital da Eletrobras. Através da 3G Radar (da qual é um dos maiores investidores), dobrou sua participação na estatal, em vias de privatização, para 9,84%.

‘Quem vai ao vento perde o assento’

A invasão estrangeira nos leilões do pré-sal semana passada terminou não ocorrendo, frustrando as previsões. Algo parecido ocorreu em 2000 na primeira licitação da Bacia de Santos, depois da abertura do setor por FH.

Na época, o presidente pediu à diretoria da Petrobras que saísse à caça de sócios entre as gigantes do petróleo. Ninguém topou. Resultado: a estatal abocanhou a região onde hoje é o campo de Lula, o primeiro campo

supergigante do Brasil, denominação dada a campos com mais de cinco bilhões de barris.

MME / ASCOM .